

REQUERIMENTO Inumação ou Cremação

Livro: _____ Exmo(a). Senhor(a).
Reg Ent. N.º: _____ **PRESIDENTE da CÂMARA MUNICIPAL de GOUVEIA**
Processo N.º: _____ **Av. 25 de Abril**
Registado em: _____ **6290-554 Gouveia**
O funcionário: _____

REQUERENTE

Nome/Denominação:* _____
Domicílio/Sede:* _____ N.º: _____ Lote: _____
Código Postal: _____ Localidade:* _____
NIF/NIPC:* _____ Data de Nascimento: _____
Tipo de Documento de Identificação: _____
N.º: _____ Válido até: _____
Certidão Comercial Permanente (Código): _____
Contacto Telefónico: _____ Fax: _____
E-mail: _____
Qualidade de: _____

(Os campos assinalados com * são de preenchimento obrigatório)

REPRESENTANTE

Nome/Denominação: _____
Domicílio/Sede: _____ N.º: _____ Lote: _____
Código Postal: _____ Localidade: _____
NIF/NIPC: _____
Tipo de Documento de Identificação: _____
N.º: _____ Válido até: _____
Procuração Online (Código): _____
Contacto Telefónico: _____ Fax: _____
E-mail: _____
Qualidade de: Representante Legal Gestor de Negócios Mandatário
 Outra: _____

NOTIFICAÇÕES/COMUNICAÇÕES

Consinto que as notificações/comunicações sejam feitas via (aplicável a pessoas singulares):

Caixa Postal Eletrónica (ViaCTT) Telefone Fax E-mail

As notificações/comunicações feitas por **via postal** deverão ser enviadas preferencialmente para a seguinte morada:

Requerente Representante Outra morada (por favor, indique):

Domicílio/Sede: _____ N.º: _____ Lote: _____
Código Postal: _____ Localidade: _____

PEDIDO

Vem requerer ao abrigo do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 411/98 de 30/12, na sua redação atual, a Inumação ou Cremação, nas seguintes condições:

- Inumação
- em sepultura
 - em jazigo
 - local de consumação aeróbica
- Cremação
- de cadáver
 - de ossadas

Data (dia/mês/ano): _____ Hora: _____ h _____

Cemitério: _____

Destino da Inumação/Cremação:

- Jazigo Municipal Jazigo Particular Jazigo Capela Sepultura Temporária
- Sepultura Particular Ossário Municipal Ossário Particular
- Outro: _____

As cinzas serão entregues a: Agência Funerária Requerente

Identificação do falecido:

Nome: _____

Estado Civil à data do óbito: _____

Residência à data do óbito: _____

Local de Falecimento: _____ Freguesia: _____ Concelho: _____

Identificação da Agência:

Nome: _____ Nº Identificação Fiscal: _____

Contacto telefónico: _____ E-mail: _____

Nº DGAE: _____

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

1. Os dados pessoais recolhidos neste pedido são necessários, única e exclusivamente, para dar cumprimento ao disposto no artigo 102.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril e/ou ao previsto na legislação específica aplicável ao pedido de enumação / cremação.

2. O tratamento dos dados referidos no ponto 1 por parte do Município de Gouveia respeitará a legislação em vigor em matéria de proteção de dados pessoais e será realizado com base seguintes condições:

- **Responsável pelo tratamento** - Município de Gouveia;
- **Finalidade do tratamento** - Cumprimento de uma obrigação jurídica (CPA e/ou de legislação específica aplicável ao pedido formulado) ou necessário ao exercício de funções de interesse público; Pedido de enumação / cremação;
- **Destinatário(s) dos dados** - Serviço municipal com competência para analisar ou intervir no pedido, de acordo com a orgânica municipal em vigor;
- **Conservação dos dados pessoais** - Prazo definido na legislação aplicável ao pedido.

3. Para mais informações sobre as práticas de privacidade do Município consulte o nosso site em <https://www.cm-gouveia.pt/politica-de-privacidade-2/> ou envie um e-mail para dpo@cm-gouveia.pt.

4. Os documentos apresentados no âmbito do presente pedido são documentos administrativos, pelo que o acesso aos mesmos se fará em respeito pelo regime de acesso à informação administrativa e ambiental e reutilização dos documentos administrativos (Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto).

OUTRAS DECLARAÇÕES

* O(A) subscritor(a), sob compromisso de honra e consciente de incorrer em eventual responsabilidade penal caso preste falsas declarações, declara que os dados constantes do presente requerimento correspondem à verdade.

1- Têm legitimidade para requerer para a prática de atos regulados no presente Decreto-Lei, sucessivamente:

- a) O testamento, em cumprimento de disposição testamentária;
- b) O cônjuge sobrevivente;
- c) A pessoa que vivia com o falecido em condições análogas dos cônjuges;
- d) Qualquer herdeiro;
- e) Qualquer familiar;
- f) Qualquer pessoa ou entidade.

2- Se o falecido não tiver a nacionalidade portuguesa, tem também legitimidade o representante diplomático ou consular do país da sua nacionalidade.

3- O requerimento para a prática desses atos pode ser também apresentado por pessoa munida de procuração com poderes especiais para esse efeito, passada por quem tiver legitimidade nos termos dos números anteriores.

Não existe quem o proceda, nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 411/98 de 30/12, na sua redação atual.

Existe quem o proceda, mas não pretendendo ou não podendo aquele requerer a prática de qualquer ato previsto no mencionado Decreto-Lei.

Pede deferimento,

Gouveia, _____

O(A) Requerente / O(A) Representante,

Conferi a identificação do(a) Requerente/ Representante através dos documentos de identificação exibidos.

Validei a conformidade da assinatura de acordo com o documento exibido.

(Assinatura do(a) requerente ou de outrem a seu rogo, se o(a) mesmo(a) não souber ou não puder assinar)

O(A) Funcionário(a)

Responsável pela Direção do Procedimento: _____

Contacto Telefónico: _____

E-mail: _____

Gestor(a) do Procedimento: _____

Contacto Telefónico: _____

E-mail: _____

FUNDAMENTAÇÃO DA NÃO APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

DOCUMENTOS A APRESENTAR

Para o efeito, apresenta os documentos que se elencam:

- Requerente - Documento(s) comprovativo(s) da legitimidade;
- Representante - Documento(s) comprovativo(s) da qualidade de representante;
- Assento, auto de declaração de óbito ou boletim de óbito;
- Autorização da autoridade de saúde, nos casos em que haja necessidade de inumação antes de decorridas vinte e quatro horas sobre o óbito;
- Alvará de concessão do jazigo/sepultura;
- Autorização da autoridade judiciária, nos casos em que o cadáver tiver sido objeto de autópsia médico-legal;
- Outro(s):